

2016-11-11 13:04:22

<http://justnews.pt/noticias/doencas-mentais-maioria-das-pessoas-recorre-espontaneamente-ao-seu-medico-de-familia>

Doenças mentais: maioria das pessoas «recorre espontaneamente ao seu médico de família»

O diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental, Álvaro Carvalho, participa amanhã, durante o XII Congresso Nacional de Psiquiatria, numa sessão intitulada "Políticas de Saúde Mental". O responsável sublinha "a imprescindibilidade de apoio articulado pelas equipas comunitárias de saúde mental aos profissionais dos Cuidados de Saúde Primários".

De acordo com o responsável, nas últimas décadas, tem ocorrido, em todos os países industrializados, uma modificação da organização dos serviços de Psiquiatria e Saúde Mental, do modelo centrado em hospitais psiquiátricos para o referenciado a serviços integrados nas principais comunidades residenciais que assegurem a continuidade e a universalidade de cuidados com integração, orgânica e funcional, no sistema geral de saúde.

"Portugal foi um dos países que, em 1985, na 2.ª Conferência de Ministros da Saúde do Conselho da Europa, assumiu esse compromisso, que pressupõe que o internamento de doentes agudos, tal como o recurso aos serviços de urgência, ocorra em hospitais gerais e o ambulatório em estreita articulação com os CSP", realça.

Para além de questões como os direitos humanos, decorrentes do regime custodial e do tendencial ambiente desindividualizante dos tradicionais hospitais psiquiátricos, segundo o responsável, o grau de satisfação dos utentes com doença mental grave e seus familiares é maior neste modelo, que, "simultaneamente, torna mais viável a reabilitação psicossocial e a reinserção social e profissional".

Segundo o preletor, "a epidemiologia veio mostrar que a maioria das pessoas com doenças mentais comuns recorre espontaneamente ao seu médico de família, mas o facto do diagnóstico nem sempre identificar o motivo desse recurso reforçou a imprescindibilidade de apoio articulado pelas equipas comunitárias de saúde mental aos profissionais dos CSP".

Álvaro Carvalho menciona que, em Portugal, a Lei de Saúde Mental e o Plano Nacional 2007-16 integram estes referenciais, entretanto aprofundados pelo Plano Global para a Saúde Mental 2013-20 da OMS e pelas conclusões da EU Joint Action on Mental Health and Wellbeing, assumidas em março pela Comissão Europeia como Linhas de Ação Estratégica da UE para a Saúde Mental e o Bem-Estar.

"Estes são os guiões para o prolongamento do Plano Nacional da Saúde Mental até 2020" indica Álvaro Carvalho, que adianta quais as "áreas major":

"A aprovação de um novo modelo de governação e financiamento que viabilize a saúde mental comunitária; a promoção da saúde mental e a prevenção da doença, em particular na infância e adolescência; o prolongamento do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio; o assegurar a sustentabilidade dos cuidados continuados integrados de Saúde Mental; a estruturação de um plano nacional de intervenção em demências; a racionalização da prescrição de psicofármacos".